

**EXPEDIENTE:** Publicação do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina – Filiado à FENAJUFE - Rua dos Ilhéus, 118, sobreloja, sala 3, Edifício Jorge Daux, CEP 88010-560, Centro, Florianópolis/SC Fone/FAX: (048)3222.4668

**imprensa@sintrajusc.org.br**  
**www.sintrajusc.org.br**

Produção: Gilberto Motta (Mtb 957/SC)  
Míriam Santini de Abreu (MTb 8077/RS)  
Tiragem: 600 exemplares

**Nº 1029**

# **Audiência Pública irá discutir sistema remuneratório e PCSs**

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) aprovou por unanimidade o Requerimento 21/2011, de autoria do deputado Reginaldo Lopes (PT/MG), para que seja realizada uma Audiência Pública para discutir o PLs 6613/2009 e 6697/2009, do Judiciário e MPU, respectivamente.

O requerimento era o item um da pauta e, iniciada a discussão, o autor do requerimento defendeu sua aprovação, alegando que a exposição de motivos dos PLs justifica que o reajuste é para tirar a desproporção dos vencimentos com outras carreiras, com o esvaziamento da carreira, e que o modelo atual da remuneração traz benefícios a uma pequena parcela da categoria.

## **Vício de iniciativa**

O deputado Roberto Policarpo (PT/DF) fez defesa contrária ao requerimento, dizendo que as emendas apresentadas pelo deputado Reginaldo Lopes têm vício de iniciativa e que a CFT não pode discutir o mérito. Além disso, acrescentou que a Audiência requerida é para discutir a mudança do sistema remuneratório, o que é tema de exclusividade do STF ao oferecer a mudança.

O parlamentar afirmou ainda que já estão

sendo feitas conversas com o Executivo e Judiciário referentes à negociações para aprovação do PL 6613/2009 (PCS do Judiciário), do qual Policarpo é relator na Comissão de Finanças, e que ele apresentará seu relatório na próxima terça-feira (07/06).

O deputado Rui Barbosa apresentou também uma sugestão para que a Audiência Pública seja realizada nos próximos 15 dias.

Essa proposta de Lopes é mais uma tentativa de postergar uma discussão que se arrasta há mais dois anos e deve ser enfrentada na política, visto que estudos já mostraram a viabilidade de pagamento do PCS sem afetar o que é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além disso, a categoria, via Sindicatos e Federação, defende uma proposta já acolhida pelo STF ainda em dezembro de 2009, quando o projeto foi enviado ao Congresso.

De lá para cá, os encaminhamentos no Congresso, que dependem de articulação com o Executivo, se arrastam, e essa proposta do deputado Reginaldo Lopes mais uma vez mostra que a revisão salarial do Judiciário irá depender da capacidade de organização e mobilização da categoria.

# CNJ suspende processos disciplinares abertos pelo STJ contra servidores federais

Na quinta-feira, dia 2 de junho, a partir das 14 horas, o Plenário do STF irá julgar o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral 579.431, que vai dar a palavra definitiva sobre a existência ou não do dever do Estado de indenizar os servidores públicos pelo descumprimento do dever constitucional de anualmente promover a revisão geral de seus vencimentos e proventos.

A Fenajufe é uma das duas entidades habilitadas como "amicus curiae" e, por essa condição, buscará fazer sustentação oral por via de sua Assessoria Jurídica.

A discussão de fundo envolve o tema da responsabilidade do Estado por ato legislativo, no caso, por ato omissivo. Ela interessa a quase 10 milhões de trabalhadores públicos nas três esferas de go-

verno (estimativa do IPEA para 2007). Pela repercussão econômica, as chances são pequenas, mas o direito parece ser evidente.

O caso é bem simples: o artigo 37, X, da Constituição, com a redação da Emenda Constitucional 19/98, passou a prever periodicidade anual para as leis de revisão geral da remuneração dos servidores públicos, civis e militares, que deve ser sempre na mesma data e em índices iguais para todos. Mas a União, Distrito Federal, Estados e Municípios simplesmente não têm editado as leis anuais. No plano federal, desde 1998, ano da EC 19, houve apenas uma lei de revisão geral, em 2003, no índice de 0,1%! A perda inflacionária acumulada no período, pelo INPC, foi de quase 130%.

## Ministro Ayres Brito reforça apoio aos servidores junto a Peluso

Na tentativa de forçar a abertura das negociações, no âmbito da cúpula do Judiciário Federal, referente ao PCS, a Fenajufe reuniu-se nesta terça-feira, 31, com o vice-presidente do STF, Ayres Brito. No encontro, que também teve a presença do assessor do ministro, Antair Valente, os dirigentes da Fenajufe pediram que o ministro converse com o presidente do STF, Cezar Peluso, sobre a necessidade da reabertura do diálogo com o Executivo a respeito da adequação orçamentária do Plano. "Já se passaram mais de cem dias da nova gestão do governo federal e nada se fala mais a respeito do nosso reajuste salarial", afirmou a Federação, ao ressaltar a importância de o presidente do Supremo assumir, de fato, com o governo de Dilma Roussef, as negociações para fechar um acordo e aprovar o PL do PCS.

Para ressaltar a preocupação da Fenajufe e da categoria com a demora na aprovação do plano, a Federação comparou os salários do Judiciário Federal e do MPU com algumas carreiras do Executivo e do Legislativo, que já recebem um salário bem mais valorizado. Foi lembrado, ainda, que a tabela salarial do atual PCS está defasada, uma vez que seus valores foram elaborados em 2004.

O atual plano teve sua implementação fracionada e hoje ele já se encontra defasado em sete anos.

Concordando com a ponderação, Ayres Brito informou que esse tem sido o argumento utilizado por ele para defender o PL 6613/09 e rebater as afirmações do governo federal e da grande imprensa, de que não há recursos necessários para o reajuste dos servidores. "Os nossos servidores ganham menos do que muitas outras categorias. Existe hoje uma insatisfação generalizada no nosso quadro de pessoal", ressaltou.

A Fenajufe também lembrou que, no ano passado, várias outras categorias tiveram revisão salarial, enquanto que os PLs 6613/09 e 6697/09 permanecem parados na Comissão de Finanças e Tributação.

O vice-presidente dos STF, ao concordar com os argumentos apresentados pelos dirigentes sindicais, reafirmou o seu apoio à reivindicação dos servidores e se comprometeu a procurar os outros ministros do Supremo para irem conversar com Peluso sobre a necessidade da retomada urgente das negociações com o governo federal. "Vamos cair em campo e retomar o diálogo com Peluso e o Executivo", garantiu Ayres Brito.